


Módulo 11

Periódicos em acesso aberto: Modelos de financiamento

Treinamento NECOBELAC
13-15 de abril de 2010
São Paulo - Brasil

Modelos de financiamento para periódicos AA

- Segundo o DOAJ há mais de 4 mil periódicos AA no mundo
- *Publishers* interessados em AA devem desenvolver um modelo de negócios
- Modelo depende:
 - dos objetivos da publicação
 - tamanho
 - administração de recursos
 - tolerância ao risco
 - impostos
 - afiliações institucionais

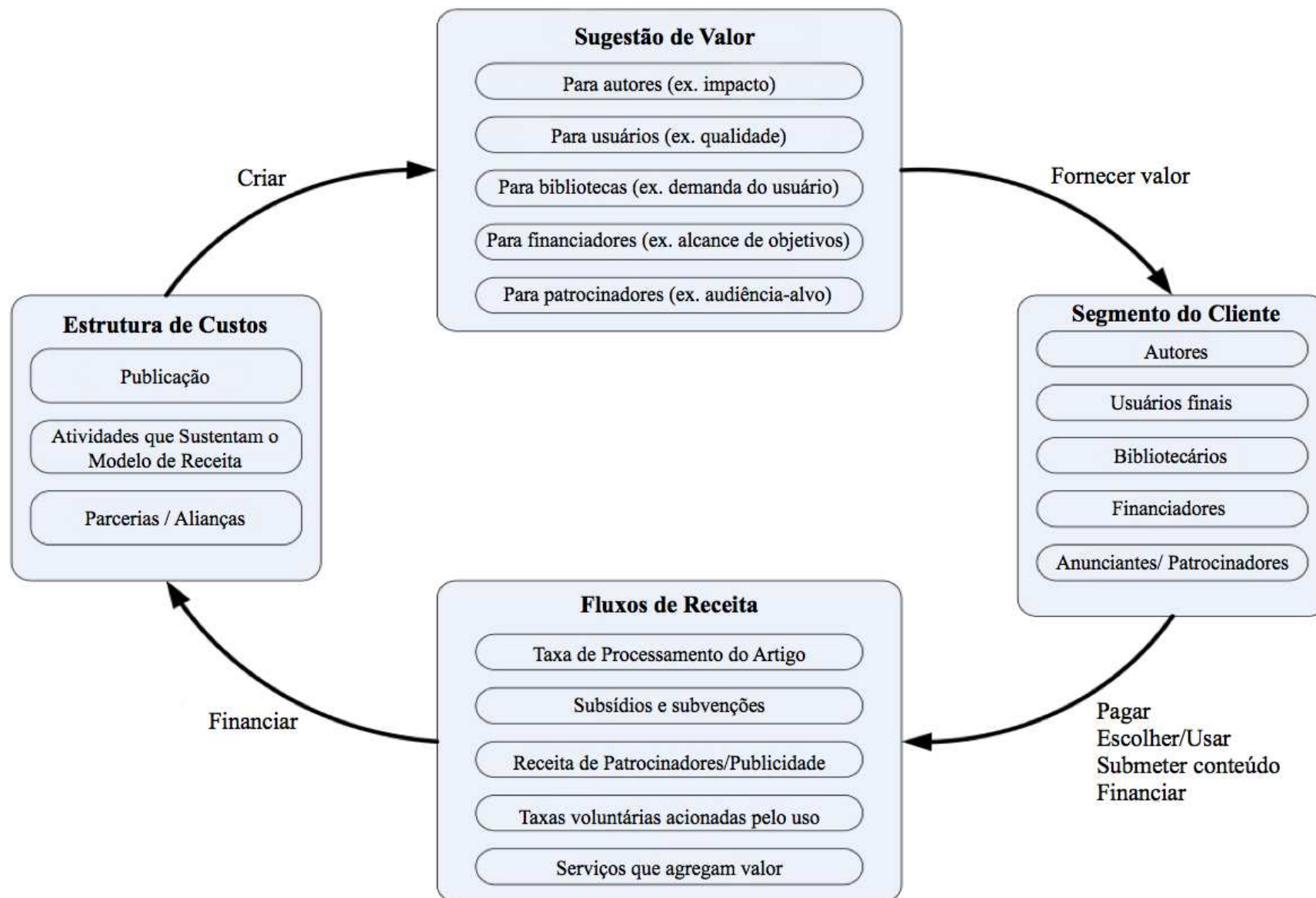
- 
- Dimensionamento do modelo de financiamento:
 - *Publishers* pequenos – soluções individuais
 - Sociedades Acadêmicas – ações coletivas

 - Base Econômica do acesso aberto
 - Aumento da eficiência, efetividade, e equidade na divulgação dos resultados de pesquisa
 - Maior utilidade social não se traduz em redução de custos do ponto de vista do *publisher*.

Motivos para aderir ao AA

- Aumentar a disponibilidade eliminando barreiras de acesso ao conteúdo
- Maximizar o alcance e apoiar o lançamento de um novo periódico quando o modelo por assinatura não é sustentável
- Implementar um modelo em resposta a políticas de depósito de conteúdo designadas pelo patrocinador

Diagrama lógico dos modelos de negócio



Formas de Receita

- Taxas de publicação
- Publicidade
- Patrocínio
- Subsídios externos
- Subsídios institucionais
- Financiamentos governamentais
- Doações
- Contribuições de outra natureza
- Receita utilizando versão impressa

Taxas de Publicação

- Taxas para processamento do manuscrito ou taxa de publicação
- 10% dos periódicos fazem uso desta taxa que cobre em média 30% da receita
- Modelo híbrido (open choice) permite a publicação em AA em periódicos tradicionais (por assinatura) mediante pagamento de taxa
- Diminuição da taxa a medida que a opção pelo AA aumenta até chegar a 100%
- Exemplos: <http://www.biomedcentral.com/>
<http://plos.org/>

Publicidade

- Visa converter a reputação do periódico em receita para o *publisher*
- Publicidade em periódicos impressos é bem aceita
- Os anúncios podem ser diretos ou através de uma agencia
- Exemplos de Modelo híbrido:
 - [BMJ Journals](#)
 - [Nature Publishing Group](#)
 - [Springer Open Choice](#)

Exemplos de programas de publicidade online

- [BioMed Central](#)

Patrocínio

- Similar à publicidade, mas negociado com base no tempo
- Instituições ou entidades corporativas subsidiam o periódico em troca de reconhecimento
- Patrocínio confere maior valor de comercialização
- A relação mais durável com patrocinadores pode levar a outros financiamentos

Exemplos:

- [Diretório de Periódicos em Acesso Aberto \(DOAJ\)](#)
- [Journal of Electronic Publishing](#)

Subsídios Externos

- Os custos da transformação de um periódico por assinatura para AA podem ser cobertos por fundações ou organizações filantrópicas
- Fontes de financiamento: fundações privadas, financiamentos corporativos, instituições filantrópicas públicas e fundações ligadas à comunidade
- A procura por financiamento em traz visibilidade e confere atributos ao periódico
- Exemplos
 - [Krisis](#)
 - [Journal of Neglected Tropical Diseases](#)

Subsídios Institucionais

- Para periódicos filiados a uma instituição acadêmica, esta pode cobrir parte ou totalmente os custos de editoração
- Baseia-se no prestígio e visibilidade conferido à instituição pelo periódico
- A contribuição poderá advir na forma de serviços ou facilidades como opção à subsídios financeiros
- Exemplos
 - [Electronic Transactions on Numerical Analysis](#)
 - [Journal of Insect Science](#)

Financiamentos Governamentais

- Financiam projetos de pesquisa e às vezes, sua disseminação através de periódicos AA cujo escopo esteja intimamente relacionado com o projeto
- Dos periódicos do DOAJ, 20% operam com financiamento federal
- Exemplos
 - [Emerging Infectious Diseases](#),
 - [Air and Space Power Journal](#)

Exemplos de programas de publicação

- [SciELO](#)
- [Instituto de Ciências Humanas e Sociais](#) do [CNRS](#)

Programa SciELO

- Base de dados de periódicos submetidos à revisão por pares que disponibiliza textos completos em acesso aberto;
- Reúne mais de 15 países e 2 coleções temáticas, com mais de 600 periódicos;
- Critérios restritos de ingresso e permanência;
- Disponibiliza uma base de dados bibliométricos para análise de citações, impacto e outras;
- Permitiu significativa melhora da qualidade dos periódicos; dos 124 periódicos brasileiros indexados na WoS em 2009, 70% ingressaram primeiro no SciELO;
- É a iniciativa em acesso aberto de maior relevância em países em desenvolvimento; originou-se na AL&C, incluiu Espanha e Portugal e mais recentemente, a África do Sul.
- Não cobra taxas de publicação, pois é totalmente financiada com recursos públicos (FAPESP, CNPq)

Doações

- Doações podem ser obtidas através de campanha para contribuições individuais ou vindas de corporações, instituições e fundações
- Doações individuais: através do site quando o leitor seleciona um link para um artigo
- Sistema automático de coleta seguro e rápido (Google Checkout)
- Doações de Bibliotecas Acadêmicas (12% dos periódicos do DOAJ)
- Investimento das doações

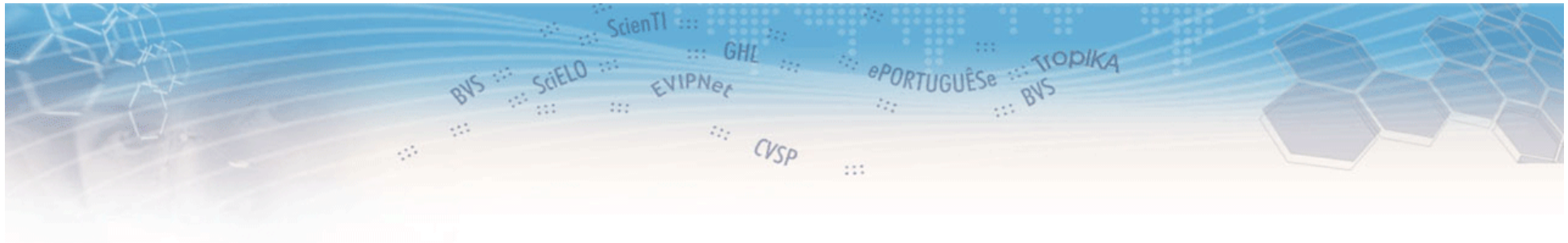
Contribuições de outra natureza

- Para *publishers* sem fins lucrativos
- Contribuições em serviços, mão de obra ou de natureza tecnológica prestados por sociedades, instituições acadêmicas ou fundações
- Contribuições tem influencia na sustentabilidade financeira
- Os acordos são considerados riscos financeiros e devem ter opções para descontinuidades

Receita sobre a versão impressa

Edição impressa veiculada por assinatura a indivíduos ou instituições

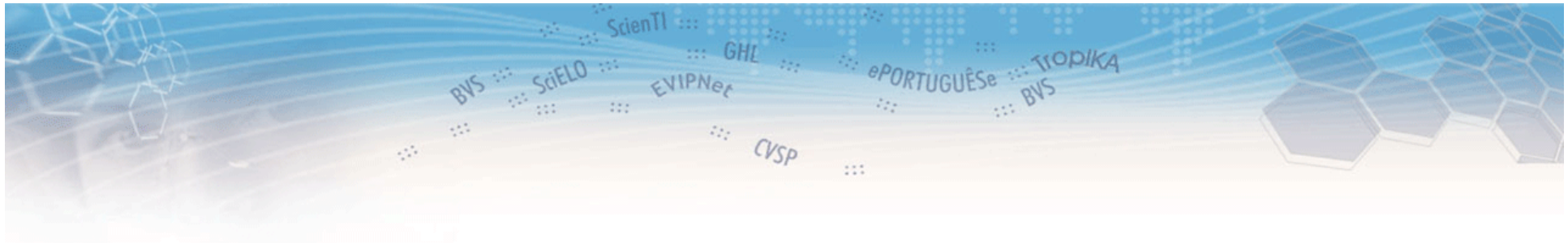
- Na forma de um volume publicado no final de cada ano
- Na forma de volumes periódicos com conteúdo não disponível digitalmente



“A maior disseminação dos modelos de financiamento em acesso aberto permitirá que mais *publishers* adotem este modelo, principalmente em periódicos submetidos à revisão por pares, com o apoio da comunidade acadêmica internacional.”

R. CROW

SPARC SENIOR CONSULTANT



“Ação internacional é uma coisa, mas acesso livre genuíno é outra. Será necessário um defensor (ou defensores) em cada instituição para promover a criação de arquivos institucionais e persuadir cientistas (e acadêmicos) a depositar seus artigos neles.”

SUBBIAH ARUNACHALAM

SPECIAL REPORT

US seeks to make science free for all

Moves to make research funded by the US government available to everyone could mark a turning point in a publishing revolution. **Declan Butler** reports.

The push to open up scientific knowledge to all looks set to go into overdrive. Over the past decade, the accessibility offered by the Internet has transformed science publishing. Several efforts have already tried to harness the web's power to make research papers available for free. Now two parallel efforts from the US government could see almost all federally funded research made available in free, publicly accessible repositories.

Traditional science publishing relies on institutions and libraries buying subscriptions and site licences to academic journals. Some 'open-access' publishers, such as the non-profit Public Library of Science (PLOS), make papers free to readers immediately and try to cover the costs of peer review and publication by charging authors a fee. But author-pays business models are still in their infancy, and the papers they produce account for only a fraction of the literature.

The US government and many other research funders are largely taking a different tack — one that can instantly make huge numbers of scientific articles publicly available after a certain delay. Increasingly, they are making it a condition of funding that when scientists publish in a peer-reviewed subscription journal they must place a copy of their paper in a free, publicly accessible database. Such archives, however, mostly contain the authors' final version of the manuscript rather than the published, version of record available on the publisher's website.

The argument that everyone should have free access to the fruits of taxpayer-funded research has proved popular with lawmakers keen to reap the benefits of investment in science. And distributing results as widely as possible is predicted to produce socioeconomic gains, such as helping doctors keep up with medical research.

"The notion of open government and open access has taken a firm hold," says John Hawley, executive director of the American Society for Clinical Investigation in Ann Arbor, Michigan. "If that means public-access mandates, so be it."

Public access was boosted in late 2007, when the US Congress passed a bill making it compulsory for scientists funded by the National Institutes of Health (NIH) to deposit their papers in the agency's PubMed Central archive within 12 months of publication.

The agency had introduced a voluntary policy in 2005, but the idea flopped when sci-

entists. Since the measure became compulsory, submissions to PubMed Central and use of the archive have skyrocketed (see 'Where freedom grows'). PubMed Central now holds nearly 2 million articles, and on a typical weekday some 420,000 users between them download about 750,000 articles.

In recent years similar mandates have been imposed by research funders in other countries, including the Wellcome Trust — Britain's largest research charity — all the UK government's research councils and the European Research Council.

In the United States, two recent proposals could see a policy similar to that of the NIH soon cover most federally funded research. The Federal Research Public Access Act (FRPAA), a bill reintroduced in the Senate in June last year by Joseph Lieberman (Independent, Connecticut) and John Cornyn (Republican, Texas), would apply to all research funded by federal agencies with annual research budgets of more than \$100 million, with a few exceptions such as classified research. The House could consider the bill within months.

Meanwhile, a six-week public consultation on whether and how public-access policies might be implemented ended on 21 January. Organized by the White House's Office of Science and Technology Policy (OSTP), the consultation has sparked intense speculation

that President Barack Obama might soon sign an executive order bringing a policy covering similar ground to the FRPAA into force. That order might also dispense with the \$100-million budget cap, but, being an executive order, it would be more vulnerable than a federal law to being overturned by a future administration.

Fledgling model

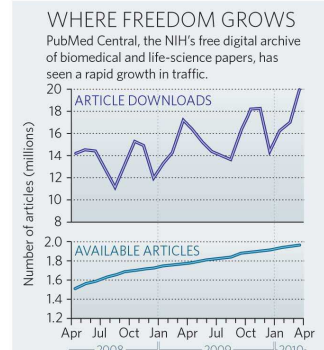
The various public initiatives enjoy wide support among leaders of research agencies, universities, libraries and research charities. A broad consensus on the need to enable public access to all US federal research emerged in a report published in January by the Scholarly Publishing Roundtable, a panel of librarians, academic leaders and publishers convened last June by the OSTP and the House Committee on Science and Technology.

The report recommended that archiving policies should not damage commercial and not-for-profit scholarly publishing businesses. As with the NIH mandate, it says that publishers should be allowed to delay archiving an article for several months or more after it is published, so that they don't lose business from their paying subscribers.

Some publishers aren't satisfied. One panel member, YoungSuk Chi, vice-chairman and managing director of global academic and customer relations for Amsterdam-based Elsevier, dissented from the report, saying that it supports "an overly expansive role of government and advocates approaches to the business of scholarly publishing that I believe are overly prescriptive". In a joint statement to the OSTP, the Association of American Publishers (AAP) and the Washington DC Principles Coalition for Free Access to Science — which represents society publishers — slammed NIH-style mandates as "a means for facilitating international piracy", saying that they would "damage the very institutions that researchers, the public and government itself rely on to peer review, publish, disseminate and preserve scientific information". The statement argued that the government should instead make research results available as summaries, reports and data.



Harvard's Stuart Shieber backs author-pays models.



K. SNIBBE/HARVARD UNIV. NEWS OFFICE

SOURCE: PUBMED CENTRAL



BIREME • OPS • OMS